

A ENTIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS E AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ENTRE CONQUISTAS, RETROCESSOS E RESISTÊNCIAS

Priscilla Andrade Ximenes – **coordenadora do painel**¹
Universidade Federal de Goiás - UFG

Renato Barros de Almeida
Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC

Rodrigo Roncato Anes
Universidade Estadual de Goiás – UEG

Denise Silva Araújo
Universidade Federal de Goiás – UFG

Palavras-chave: Políticas educacionais; Formação de professores; Entidades acadêmico-científicas.

Introdução

Este estudo analisa a atuação, confrontos e/ou fortalecimento de entidades acadêmico-científicas brasileiras, representativas da sociedade civil, que atuam de forma crítica e propositiva no debate nacional das políticas educacionais de formação de professores. Dentre as entidades, daremos destaque à Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), pela centralidade sobre a formação de profissionais para Educação Básica nos estudos e pesquisas que desenvolve, contudo, abordaremos a atuação de outras entidades que têm travado uma luta histórica em defesa da articulação entre o Sistema Nacional de Educação, as políticas de formação e valorização docente, bem como a consolidação de uma Base Comum Nacional para a formação inicial e continuada – a partir de uma sólida formação teórica/prática e pela centralidade do trabalho como princípio educativo na formação profissional, como é o caso da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e Fórum Nacional de Diretores e Diretoras de Faculdades/Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (Forumdir).

Desenvolvimento: A construção teórico-metodológica da proposta

Para a realização do estudo que sedimentou essa proposta de painel, analisamos documentos publicados nos sítios eletrônicos dessas associações, que como entidades acadêmico-científicas, produzem documentos resultantes de construções coletivas e embates na constituição das políticas educacionais, sobremaneira os documentos produzidos após a crise política vivenciada no Brasil desde o golpe de 2016. A construção e análise dos dados foi subsidiada pelos fundamentos teóricos-metodológicos do materialismo histórico-dialético, e pelos estudos e pesquisas de autores do campo da

¹ Email da coordenadora do painel: priscilla_andrade@ufg.br

formação de professores e das políticas educacionais no Brasil, como Brzezinski (2006), Oliveira (2013), Dourado (2015) Freitas (2018) e outros.

O motivo desse recorte temporal (2016-2024) , deve-se ao fato de que apesar dos dilemas históricos no campo da formação, desde as reformas educacionais da década de 1990, as quais foram resultantes da prescrição neoliberal que propôs a descentralização, a privatização e a desconcentração das funções do Estado, pela defesa de um Estado mínimo, pequeno, ágil e eficiente quanto à oferta de serviços sociais, inclusive educação, racionalizando os recursos públicos e submetendo ao fator econômico - o rompimento com a legalidade democrática no Brasil a partir de 2016 dá novos contornos para as políticas educacionais e diretrizes para a organização do currículo e da formação docente.

Desde então, a política brasileira tem sido marcada por um obscurantismo, negação da ciência, desprezo à comunidade científica, desmonte dos direitos civis historicamente conquistados e das instituições públicas, mediante a adoção de novas políticas, programas e ações do governo federal, que ocasionaram numa ruptura e retrocessos nas políticas educacionais, dentre elas a revogando as Diretrizes Nacionais para a formação inicial e continuada, materializadas na Resolução (Res) CNE/CP nº 2/2015, definindo a Res. CNE/CP 02/2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e a Res. CNE/CP 01/2020 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), tendo como égide atender os direcionamentos da BNCC.

Nesse contexto, alinhados às políticas educacionais hegemônicas expressas desde as reformas educacionais e subsidiados pela lógica do gerencialismo, o protagonismo no debate sobre os encaminhamentos da educação no Brasil, foi delegado ao crivo de fundações privadas que trabalham para consolidar a perspectiva “empresarial” da educação.

Nesse bojo, concordamos com Ventrone et. al (2020) ao ressaltar a importância dessas entidades acadêmico-científicas como espaço político-pedagógico de resistência propositiva, sobretudo com o intuito de acautelar as políticas educacionais constituídas e rebater as proposições insurgidas fora do debate acadêmico e de consulta pública.

Ao elucidar que o posicionamento político e acadêmico dessas entidades diante das reformas nas políticas educacionais após o golpe de 2016, Ventrone et. al (2020) defendem a importância dessas associações na mobilização de docentes e pesquisadores, entidades e instituições, por meio da organização coletiva de fóruns e espaços de discussão, com o intuito de fazer avançar o conhecimento no campo da formação de professores e das políticas educacionais, fomentando, assim, os meios de resistência propositiva e de luta em defesa do trabalho e da formação docente.

Assim, utilizando-nos das categorias do método marxista totalidade e contradição, analisamos 14 documentos² obtidos mediante pesquisa no sítio eletrônico da ANFOPE, na seção de cartas e manifestos, mediante a leitura do título e do documento na íntegra em busca pelos seguintes descritores: formação de professores, diretrizes curriculares de formação de professores e políticas educacionais de formação docente. A maioria desses

² Os documentos não foram apresentados na íntegra devido ao número máximo de caracteres da proposta. Contudo, caso a proposta seja aceita, podemos detalhar essas informações, que encontram-se disponíveis em <https://www.anfope.org.br/cartas-e-manifestos/>

documentos são assinados de forma conjuntas pelas associações destacadas ANFOPE, ANPAE, ANPED, FORUMDIR e algumas outras instituições.

As sínteses obtidas a partir da análise dos documentos foram organizadas em três momentos construídos dialeticamente, que serão apresentados pelos expositores: *i) histórico das entidades na luta em defesa da formação e do trabalho docente em confrontos com as políticas educacionais; ii) concepções e princípios formativos das entidades; iii) Movimento pela revogação das novas diretrizes curriculares nacionais de formação de professores e em defesa da retomada das DCN's 02/2015.*³

Assim, a proposta desse painel tem como principal objetivo de analisar os princípios defendidos e as proposições das entidades acadêmico-científicas a partir de 2016 até os dias atuais, com foco nas políticas educacionais de formação de professores no Brasil. O esforço empreendido pelos autores foi o de construir o concreto pensado a partir da análise de vários condicionantes, em busca de compreender o fenômeno na sua totalidade.

Em síntese, reiteramos que essas imposições do modelo neoliberal atingem não só a área educacional como também a econômica, provocando tensões entre as forças sociais e o Estado. Outra análise referentes às políticas públicas educacionais do período mencionado anteriormente consiste no retorno à retórica da incompetência dos professores e das instituições formativas, às novas diretrizes de formação de professores em vigência na atualidade, reforça à concepção reformista de gestão do Estado pautada no modelo gerencialista e nas políticas de *accountability*, buscando a descentralização/(des)responsabilização do Estado. Sob o cunho de autonomia e democracia aos entes federados, bem como o retorno a concepção de formação pautada na noção de competências, a referida legislação ancora-se em uma concepção pragmática e tecnocrática de formação docente, com ênfase na dimensão instrumentalizadora do conhecimento, objetivando maior controle sobre o trabalho pedagógico.

No lado oposto, emerge um coletivo de professores, pesquisadores, profissionais da educação fomentado pelas entidades aqui citadas, que há mais de quatro décadas travam uma luta contra hegemônica para tentar barrar a ruptura institucional em andamento, a partir de reflexões e resistências propositivas sobre a construção e gerência de políticas públicas e diretrizes para a formação docente que desconsideram a dimensão crítica-emancipatória da formação e ameaçam o projeto civilizatório da escola (pública).

Diante de tantos retrocessos em relação às conquistas históricas materializadas na resolução anterior, as entidades analisadas nesse estudo, associações e movimentos têm se manifestado em oposição a efetivação dessas novas Diretrizes em substituição à Res. CNE/CP n. 2/2015, visto que essa representa uma construção coletiva, mediante à consulta pública à profissionais, instituições e entidades da área, em consonância com os princípios formativos dessas entidades: formação sólida, compromissada com a garantia de uma educação de qualidade, atuando concomitantemente com as políticas educacionais.

Considerações finais

Os dados e análises construídos ao longo dessa proposta fortalecem a defesa de que as entidades acadêmico-científicas, sobremaneira, ANPAE, ANFOPE, ANPED, FORUMDIR, constituem-se como espaço político-pedagógico de rupturas à concepção e práticas hegemônicas de formação docente e promovem intervenções que contribuem

³ Esses são os subtítulos que serão apresentados pelos expositores. Eles não serão separados ao longo do texto considerando os fundamentos teóricos-metodológicos do método de exposição do materialismo histórico-dialético que subsidiou essa proposta, constituindo o objeto na sua totalidade, num movimento dialético entre as partes-todo e todo-partes

com resistências propositivas dentre das universidades, instituições escolares e representações docentes, discentes, gestora e sindical, prevendo o diálogo e a (re)construção da Universidade verdadeiramente pública, humana, inclusiva e de qualidade.

Assim, consideramos a proposta relevante tendo em vista que cada expositor apresentará alguns dos vários condicionantes que engendram esse fenômeno, favorecendo na compreensão dos princípios defendidos e as proposições das entidades acadêmico-científicas, com foco nas políticas educacionais de formação de professores no Brasil desde 2016 até os dias atuais.

Referências:

BRASIL. MEC/CNE/CP. **Resolução n. 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em nível superior (curso de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: Diário Oficial da União, de 2 de julho de 2015 – Seção 1 – pp. 8-12.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n° 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222D_ED_EZEMBRODE2017.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n° 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 247, p. 115-119, 23 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n° 1, de 27 de outubro de 2020**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 208, p. 103, 29 out. 2020.

BRZEZINSKI, Iria. **Formação de profissionais da educação (1997-2002)**. Brasília: INEP/Anped, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica**: concepções e desafios. Educação & Sociedade, Campinas, v. 36, n°. 131, pp. 299-324, abr- jun., 2015.

FREITAS, Luis Antônio de. **A reforma empresarial da educação**: Nova direita, velhas ideias. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2018.

VENTORIM, Silvana; ASTORI, Fernanda Bindaco da Silva; BITENCOURT, Juverci Fonseca. O desmonte das políticas de formação de professores confrontado pelas entidades acadêmico-científicas. **J. Pol. Educ-s**, Curitiba, v. 14, e71854, 2020. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-19692020000100130&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 fev. 2024.

